

QUESTÕES CULTURAIS E ÉTNICAS NO ESPAÇO URBANO DE PEQUENAS CIDADES: REFLEXÕES CRÍTICAS

Janio Roque Barros de Castro¹

Universidade do Estado da Bahia (DCET I - UNEB)

E-mail: jcastro@uneb.br

Resumo:

No texto em tela é feita uma análise crítica sobre dimensões culturais e étnicas no contexto das abordagens territoriais no/do espaço urbano, com especial ênfase nas pequenas cidades. Do ponto de vista metodológico, foram usadas fontes bibliográficas assentadas especialmente da Geografia Humana e Cultural e suas interfaces dialógicas com outras vertentes das Ciências Humanas e das Ciências Sociais. Essas obras que compuseram a fundamentação teórica foram estudadas e analisadas no âmbito dos Grupos de Pesquisa e relacionadas com relatórios de atividades de campo realizados principalmente na região do Recôncavo Baiano. Constatou-se ausência de monumentos e de equipamentos culturais relevantes que expressem as contribuições de coletivos sociais afrodiaspóricos no espaço urbano de pequenas cidades, mesmo naquelas localizadas em regiões onde há uma forte predominância da população negra nas composições demográficas. Trata-se de um quadro de invisibilidade étnico-cultural, de natureza racista/colonialista, que se expressa na materialidade da paisagem urbana e também no plano imaterial quando são concentradas as análises em toponímias no/do espaço urbano.

Palavras-chave: Espaço urbano; Cultura; Pequenas Cidades; Questões Étnicas; Monumentos.

CULTURAL AND ETHNIC ISSUES IN SMALL CITY URBAN SPACE: CRITICAL REFLECTIONS

Abstract

This article critically analyzes the cultural and ethnic dimensions within territorial approaches to urban space, with a specific focus on small cities. The methodology relies on bibliographic sources primarily from Human and Cultural Geography and its dialogical interface with the Social and Human Sciences. The theoretical framework was developed within Research Groups and correlated with fieldwork reports conducted mainly in the Recôncavo region of Bahia, Brazil. Findings reveal a significant absence of monuments and cultural facilities that adequately recognize the contributions of Afro-diasporic social groups in the urban fabric of these small cities, even in areas where Black populations are demographically predominant. This situation signifies a racist and colonialist form of ethnic-cultural invisibility, evidenced in both the materiality of the urban landscape and the immaterial plane through the analysis of toponymy.

Keywords: Urban space; Culture; Small cities; Ethnic issues; Monuments.

CUESTIONES CULTURALES Y ÉTNICAS EN EL ESPACIO URBANO DE LAS CIUDADES PEQUEÑAS: REFLEXIONES CRÍTICAS

¹ Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 74-91(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

Resumen:

Este texto presenta un análisis crítico de las dimensiones culturales y étnicas en el contexto de los enfoques territoriales del espacio urbano, con especial énfasis en las ciudades pequeñas. Desde una perspectiva metodológica, se utilizaron fuentes bibliográficas, particularmente aquellas basadas en la Geografía Humana y Cultural y sus diálogos con otras ramas de las Humanidades y las Ciencias Sociales. Estas obras, que conforman el fundamento teórico, fueron estudiadas y analizadas en el marco de los Grupos de Investigación y relacionadas con informes de actividades de campo realizadas principalmente en la región de Recôncavo Baiano. Se constató la ausencia de monumentos e infraestructuras culturales relevantes que expresen las contribuciones de los colectivos sociales afrodiáspóricos en el espacio urbano de las ciudades pequeñas, incluso en aquellas ubicadas en regiones con una fuerte predominancia de la población negra en la composición demográfica. Esto refleja una invisibilidad etnocultural, de carácter racista/colonialista, que se manifiesta tanto en la materialidad del paisaje urbano como en el plano inmaterial, cuando el análisis se centra en los topónimos del espacio urbano.

Palabras clave: Espaço Urbano; Cultura; Cidades Pequenas. Questões Étnicas; Monumentos.

Introdução

Temas e questões culturais, nas suas dimensões materiais e imateriais, são altamente relevantes nas abordagens sobre dinâmicas, conflitos e contradições no espaço urbano de cidades grandes, médias ou das chamadas pequenas cidades. Para analisar criticamente questões culturais e étnicas na leitura do espaço urbano, são feitos alguns questionamentos iniciais: Como se expressam as singularidades culturais e étnicas na paisagem urbana? Como podem ser abordadas a relação entre toponímia, cultura, questões étnicas e as relações de poder? Essas são questões complexas que não serão respondidas de forma ampla nesse texto, todavia, pretende-se expor algumas arguições críticas ancoradas em referencial teórico e em algumas observações e leituras feitas em atividades de campo. É importante destacar que tanto a presença quanto a ausência de elementos materiais ou de expressões identitárias culturais e étnicas no espaço urbano de algumas cidades podem revelar questões políticas, econômicas, imperialistas/colonialistas.

A maioria das cidades pequenas do Brasil apresenta uma morfologia que se repete: uma imponente igreja católica no centro, situada geralmente na praça principal, uma área predominantemente comercial entornada por pequenas casas residenciais. A presença destoante da igreja católica no conjunto edificado é um indicativo de materialização de relações de poder seculares, considerando a natureza imperialista/colonialista da igreja católica na história do Brasil. Dessa forma, entende-se que templos religiosos católicos grandes e hipervisíveis na paisagem urbana de pequenas cidades constituem tanto um

elemento religioso-cultural quanto uma edificação de expressão de relações de poder historicamente territorializadas.

Cidades pequenas ou pequenas cidades? Depende da vertente teórica. Segundo Silva, Gomes e Silva (2009), nos estudos sobre pequenas cidades no Brasil, há uma tendência de utilizar os critérios demográficos. As cidades que não ultrapassam 20 mil habitantes seriam consideradas pequenas. Spósito e Silva (2013) optam por utilizar a terminologia cidades pequenas, por acreditarem estar de acordo com as especificidades da língua portuguesa falada no Brasil. Para esses referidos autores, cidade pequena é uma realidade urbana não dissociada de um ponto de compreensão maior no universo dialético da divisão territorial do trabalho em escala global e adjetivação expressaria mensuração e classificação. Nesse caso, trata-se de uma abordagem sobre as chamadas cidades pequenas, valorizando a dinâmica multiescalar.

Como explicar a ausência de monumentos ou edificações que destaquem as contribuições culturais, artísticas e científicas dos coletivos sociais afrodiaspóricos no espaço urbano de cidades situadas regiões onde há predominância de população negra nas composições demográficas? Como explicar a ausência de equipamentos culturais que abordem as contribuições e as potencialidades afrodiaspóricas na formação do Brasil nessas referidas áreas? Essas respostas estão assentadas em uma leitura crítica da história do processo em uma perspectiva alargada, como se pretende fazer nesse artigo. No presente texto, é feita uma análise crítica sobre dimensões culturais e étnicas no contexto das abordagens territoriais no/do espaço urbano, com especial ênfase nas pequenas cidades.

Para a construção do referencial teórico conceitual, dialogou-se com autores e autoras da Geografia Humana e Cultural e com produções com interfaces dialógicas com outras vertentes das Ciências Humanas e de outras áreas do conhecimento, a exemplo das contribuições de Achille Mbembe e Frantz Fanon. Essas obras, que compuseram a fundamentação teórica, foram estudadas e analisadas no âmbito do “Grupo de Pesquisa Recôncavo: território, cultura, memória e ambiente” e relacionadas com relatórios de atividades de campo realizados em diferentes regiões do território baiano. Uma das questões analíticas relevantes foi analisar edificações culturais significativas e monumentos que fazem menção aos coletivos sociais afrodiaspóricos no espaço urbano de pequenas cidades, notadamente na região denominada Recôncavo Baiano. Ao constatar ausências dessa materialidade altamente simbólica do ponto de vista da ativação da étnico-identitária,

foi feito uso de teóricos que abordam criticamente a natureza elitista/colonialista de monumentos, com o objetivo de compreender o desenho histórico desse quadro, que também se manifesta no plano imaterial, no caso dos topônimos que não expressam as composições étnicas em diferentes contextos geográficos do Brasil.

Inicialmente são feitas breves apreciações sobre as abordagens territoriais aplicadas ao espaço urbano. Posteriormente busca-se explicar, de forma breve, as origens históricas dos resquícios colonialistas que constituem os chamados “entulhos coloniais”, que podem ser discursivos/imateriais (palavras, topônimos, expressões) ou materiais (estátuas, edificações). Busca-se analisar, de forma crítica, elementos materiais de elevada visibilidade pública, como os monumentos, que podem expressar relações de poder de grupos hegemônicos, daí a necessidade de problematizá-los, ou podem expressar elementos dos processos identitários de coletivos sociais locais/regionais. São analisados também temas relacionados a dimensões imateriais, a exemplo das toponímias, que podem estar relacionadas a disputas e a conflitos entre grupos hegemônicos.

Abordagens territoriais, cultura e espaço urbano

As abordagens territoriais são altamente relevantes para debater temas e questões culturais em pequenas cidades para não conceber o espaço urbano apenas como palco, cenário, constituído por elementos materiais e atores sociais circulantes em seus itinerários difusos. Segundo Haesbaert (2008), o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto no sentido simbólico, de apropriação. Nas pequenas cidades, no contexto das discussões sobre cultura na dimensão material ou imaterial, há conflitos, contradições, embates que expressam relações de poder em diferentes recortes históricos.

Consoante Saquet (2007), o território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; e apropriação, dominação e controle. Inspirando nessas abordagens multidimensionais de território, entende-se desterritorialização, na perspectiva de povos originários e afrodiaspóricos, como um processo de perda do território (ou expulsão), determinada por ações de invasão/dominação de agentes locais/regionais ou alienígenas. Ao se considerar uma história local/regional em uma perspectiva mais alargada temporalmente, constata-se que

ocorreu extermínio de povos originários em algumas regiões do Brasil, a exemplo dos tupinambás, que habitavam ou entorno imediato da Baía de Todos os Santos, área onde hoje estão situadas a cidade de Salvador e partes do Recôncavo Baiano. Considerando esse quadro de etnocídio, questiona-se: o que existe do ponto de vista da materialidade edificada pelos tupinambás na referida área? Pode-se afirmar que, ainda persistem, de forma residual, alguns topônimos que fazem menção a povos originários que no passado habitaram o recorte espacial citado, no entanto, inexistem elementos materiais na paisagem geográfica que foram edificados por esses grupos étnicos.

Do ponto de vista da projeção de elementos materiais na cidade, pode-se questionar: Por que existem/persistem, na paisagem urbana de grandes cidades, como Salvador, uma capital brasileira com forte presença negra na composição da população, estátuas ou bustos de escravocratas? Por que seria cômodo rememorar dores e brutalidades do passado colonial/escravocrata, mas, ao mesmo tempo, considera-se incômodo, ou em alguns casos tenta-se criminalizar movimentos sociais de negros e negras das periferias urbanas, que lutam por melhorias da qualidade de vida dos segmentos populares, que habitam os morros? São questões relevantes para o debate. A primeira está relacionada às formas espaciais racistas/colonialistas na cidade e a segunda, ao fulgor e a dinâmicas de movimentos sociais das/nas periferias negras, nas quais as temáticas culturais são vibrantes, notadamente nas questões atinentes às manifestações culturais.

As questões culturais se expressam em formas espaciais e podem se apresentar em conjunto (cidade, centro histórico) ou através de elementos materiais (casa, coreto, monumento). Essas formas espaciais podem apresentar significados que podem ser celebrados ou contestados a depender do contexto histórico e das leituras/releituras dos sujeitos sociais. Segundo Corrêa (2006):

O econômico, o político e o social, em sua espacialidade urbana, podem ser examinados na perspectiva da geografia cultural. Isso não nega as análises urbanas sobre outras perspectivas. Ao contrário, reconhece seu valor e eles obtêm informações a serem utilizadas e reinterpretadas. Por outro lado, o urbano, na perspectiva da Geografia Cultural, contribui para o conhecimento da cidade, enfatizando os múltiplos significados que os diversos grupos sociais estabelecem a respeito dela. Tais significados constituem sua própria natureza (Corrêa, 2006, p. 162).

Na concepção de Corrêa (2018), a Geografia Cultural brasileira deve se dedicar a estudos sobre a morfologia da paisagem cultural. O referido autor chama atenção para duas dimensões escalares importantes: a regional, ao enfatizar regiões culturais, e a escala local, *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p. 74-91(2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.*
ISSN: 2176-5774

ao direcionar a leitura analítica para o intraurbano e, nesse contexto espacial, abordar temas como tipos de casas e monumentos. Já na dinâmica social, os destaques seriam os conflitos e lutas sociais.

Ao retomar o conceito de região cultural, muito pouco trabalhado no Brasil, Corrêa (2018) afirma que paisagem regional é complexa, poligenética, com formas criadas por agentes das diferentes culturas e em tempos distintos, e cita o caso da região oeste da Bahia, que, notadamente a partir dos anos 1980, passou por grandes transformações paisagísticas com a chegada de imigrantes do sul do Brasil para implantação de atividades agrícolas em larga escala, na esteira da expansão do chamado agronegócio. Nesse caso em específico, foram mudadas não só as atividades econômicas como também a dinâmica urbana e as formas espaciais de algumas cidades. Os Centros de Tradições Gaúchas (CTG), por exemplo, passaram a fazer parte da paisagem de algumas áreas da região Nordeste do Brasil. Trata-se de uma forma espacial edificada com fins culturais e identitários, que expressa elementos de uma nova dinâmica socioeconômica transescalar. Surgiram novas edificações e outras manifestações culturais distintas daquelas que historicamente existiam nessas áreas.

Em um texto clássico, Augustin Berque enfatiza um conceito fundamental para as abordagens culturais da Geografia:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno (Berque, 1998, p. 84-85).

Os elementos materiais que compõem uma paisagem cultural podem revelar diferentes camadas do tempo e elementos do dinamismo cultural local/regional. Mas não é só a presença que fala ao observador/observadora, a ausência também pode falar, e muito. É necessário destacar que o processo de edificação em espaços urbanos de elevada visibilidade/circularidade em cidades grandes, médias ou pequenas envolve disputas e relações de poder, daí a necessidade de debater as várias formas de manifestações da territorialidade de determinados grupos étnicos no/do espaço urbano. Por que algumas formas espaciais existem/persistem e outras desaparecem? Resposta: persistem aquelas ligadas a grupos hegemônicos de atuação local/regional ou até nacional.

Segundo Haesbaert:

Ao falar-se em territorialidade, estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja um elemento dominante e muito menos esgote as características do território. Muitas relações podem ser feitas, a partir do próprio sufixo da palavra, com a noção de identidade territorial (...). Isso significa que o território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural, em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política. Esta abordagem “integradora” de território, para muitos autores é extremamente difícil de ser encontrada nas práticas sociais contemporâneas (...) (Haesbaert, 2004, p. 74).

Rogério Haesbaert enfatiza a importância da análise das dimensões simbólicas nas abordagens territoriais. Saquet (2015) nos convida para a leitura da natureza pluritemática e multidimensional da territorialidade que se manifesta em diferentes níveis escalares, inclusive no espaço urbano. Para esse autor, a territorialidade é cada vez mais complexa e plural em virtude da diversidade identitária. Um dos grandes problemas é que, em muitos casos, são invisibilizadas algumas expressões identitárias na paisagem e em documentos institucionais, a exemplo de planos diretores municipais.

O Brasil é um país extenso e complexo do ponto de vista sociocultural e das suas formações identitárias. Uma pequena cidade de cerca de 20 mil habitantes na região sul do Brasil pode apresentar um conjunto edificado com traços arquitetônicos com influências alemães ou italianas, a depender das especificidades etnográficas do contexto geográfico regional. Uma análise comparativa com o desenho urbano e as características arquitetônicas de pequenas cidades da grande Amazônia ou da macrorregião Nordeste revelará relevantes diferenças que vão além da materialidade, se expressando também nas manifestações culturais e festivas recriadas ao longo tempo. As festas da uva são muito importantes em cidades do sul do Brasil; as megafestas juninas mobilizam, em diferentes intensidades, uma diversidade de pequenas cidades no Nordeste. Com a dinâmica do fluxo migratório, podem acontecer hibridizações do ponto de vista cultural. Por outro lado, também podem ocorrer conflitos e tensões.

Os estudos e pesquisas acerca das dimensões culturais materiais e imateriais de diferentes cidades do Brasil devem considerar as especificidades das composições étnicas e suas várias interações, ou seja, hibridizações. Nesse contexto, a participação social é fundamental, uma vez que, para Saquet (2022), a ciência popular pode muito bem ser construída a partir dos pensamentos indígena, afrodescendente, camponês, operário, coproduzindo conhecimentos, em coletividade, para si e para o outro, como comunidade

ancorada em sua territorialidade produzindo seu próprio presente-futuro (por dentro) da comunidade em um contexto dialógico.

Origens dos “entulhos coloniais” e o urbano

A região chamada de Território Recôncavo, no estado da Bahia, abrange 20 municípios, ocupa uma área de cerca 5.250 quilômetros quadrados de extensão territorial, é um recorte espacial fortemente negro, no entanto, nota-se ausência de monumentos, de estátuas em homenagem a personalidades afrodescendentes de grande relevância na história do Brasil. Considerando o exposto, retoma-se um questionamento altamente relevante: Por que os elementos materiais da paisagem urbana de pequenas cidades do referido recorte regional não expressam sua composição étnica? As trilhas para as respostas a esse questionamento exigem uma leitura/releitura crítica de aspectos etnográficos da história do Brasil em uma perspectiva mais alargada.

No processo colonização do território brasileiro, as elites escravocratas sustentavam o discurso da desumanização de negros/negras, daí a necessidade da articulação ou do dialógico entre capitalismo colonialista/expansionista predatória e o racismo. Frantz Fanon (1968), em uma das suas publicações clássicas, destacou que o colonizador ou animalizava os colonos, o que constituiu uma violência de natureza ontológica no seu sentido mais brutal, uma vez que retira de coletivos etnográficos negros sua dimensão humana, ou, em outras situações, os considerava inferiores, produzindo, assim, uma hierarquização de pessoas que alimentarão, posteriormente, retóricas racistas e xenófobas na Europa, conforme se nota discursivamente nas redes sociais na atualidade.

Com fim da brutal e longa escravização, no final do século XIX, os governantes adotaram uma perversa política de embranquecimento da população, assentada na atração de imigrantes estrangeiros brancos, através da doação de terras, e, por outro lado, na continuidade do etnocídio indígena e nas perseguições às religiões de matrizes afrodiaspóricas ao longo do século XX, além da desconsideração da dívida histórica para com os povos negros e originários por parte de segmentos das gestões públicas (federal, estadual e municipal). Seguiram-se também as perseguições às manifestações religiosas e artístico-culturais afrodiaspóricas e o silenciamento/marginalização de saberes e fazeres de povos indígenas.

Seguindo trilhas analíticas de Fanon (1968) e Mbembe (2014), pode-se afirmar que inicialmente se desconsiderou/questionou a humanidade de indígenas e africanos originários ou da diáspora. Quando a “animalização” deixou de ser interessante, partiu-se para uma hierarquização depreciativa, envolta de desejos segregacionistas. No entanto, ao longo do século XX, os discursos das miscigenações passaram a se tornar interessantes para esconder as diversas formas de discriminação no Brasil, com os propósitos de frear as lutas por direitos territoriais de coletivos sociais historicamente explorados.

Em várias cidades brasileiras, há milhares de indígenas em contexto urbano e coletivos sociais afrodiaspóricos reivindicando direitos territoriais, equipamentos de saúde, lazeres, regularização fundiária. Por outro lado, há interesses de grupos econômicos que visam a promover a invisibilidade, notadamente em áreas de expressiva valorização imobiliária.

O que acontece, em muitos casos, é um “apagamento identitário” intencional que se sustenta no discurso equivocado/mentiroso de que só existiriam indígenas “autênticos” (essencialismos puristas) na região amazônica. Já o restante do território brasileiro seria totalmente miscigenado. Portanto, ao seguir essa retórica de uma suposta “parditude” conveniente, as discussões sobre direitos territoriais de coletivos étnicos como indígenas (luta por demarcação de terras) e quilombolas (titulação de terras) estariam esvaziadas. Trata-se, portanto, de uma arguição a ser combatida de forma consistente no mundo acadêmico e nos movimentos sociais.

A ausência de monumentos em homenagem a negros, negras e/ou a lideranças de povos originários que partiram para o enfrentamento do brutal sistema colonial/imperialista no espaço urbano de cidades brasileiras se explica pelo passado racista e pelas ações de segmentos elitistas/coronelistas que impuseram topônimos e formas espaciais. A edificação de monumentos e a nomeação e logradouros públicos estão envoltas de relações de poder, disputas e conflitos.

Monumentos no espaço urbano: significados e possibilidades de ações antirracistas/anticolonialistas

Segundo Corrêa (2005), a plurivocalidade, que dá sentido político aos monumentos, opondo celebração e contestação, é reflexo de leituras distintas de uma mesma forma

material. Para esse referido autor, a análise geográfica dos monumentos pode estar centrada em dois focos: identidade e poder. Paul Claval (2014) chama atenção para um elemento material que destoa no espaço urbano de algumas cidades: a expressividade nacionalista de alguns monumentos que cultuam os mortos, transformando-os em “heróis da pátria”. O que é altamente questionável é que esses heróis são quase sempre brancos, escravocratas e invasores de terras indígenas. Segundo Correa (2005):

A análise geográfica dos monumentos pode estar centrada em dois focos: identidade e poder. Ambos manifestam-se de diferentes maneiras. Por meio da necessária espacialidade que tem implicado localizações fixas, dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças, utopias e de afirmar o poder daqueles que os constituem (Corrêa, 2005, p. 15).

Na concepção de Mbembe (2024), as estátuas coloniais na África remetem a uma maneira de lembrar o tempo em uma perspectiva de desafio à morte. Além disso, para o referido autor, a presença destas estátuas de mortos funestos no espaço público tem o papel de fazer ressurgir, no presente, mortos que teriam atormentado a vida dos negros.

Perante as múltiplas significações das estátuas e dos monumentos coloniais que ocupam ainda as fachadas dos lugares públicos africanos, muito tempo após a proclamação das independências, importa, portanto, relacioná-los com uma forma de poder e de dominação. Estes vestígios do potentado são os sinais da luta física e simbólica que esta forma de poder se obrigou a infligir ao colonizado. É sabido que, para ser duradoura, qualquer dominação se inscreve não apenas no corpo dos seus submissos, mas também deixará marcas no espaço que eles habitam, assim como traços indelévels no seu imaginário (Mbembe, 2014, p. 218).

Pode-se afirmar que os monumentos de sujeitos perversos do passado cristalizariam em espaço público a personificação da crueldade de colonizadores e se constituem em elementos que “assombram” as memórias dos ex-colonizados. Como manter de pé e em local hipervisível um monumento de rememoração e perenização do sofrimento coletivo de um passado tão perverso? E se uma estátua de um escravocrata que causa incômodo estiver em uma praça pública de elevada circularidade em uma pequena cidade situada em uma região fortemente negra? Considerando que se trata de uma pequena cidade, a frequência de visibilidade dessa estátua no cotidiano urbano vai ser elevada. Uma pessoa pode se deparar com uma materialidade destoante e incômoda várias vezes durante uma semana, por exemplo.

O que fazer com estátuas que homenageiam monstros escravocratas, situadas em espaços públicos urbanos de elevada visibilidade/circularidade, sem nenhuma observação ou texto crítico sobre o passado sombrio daquela figura grotesca? Simplesmente demolir? Deve-se debater amplamente essa temática, com ampla participação social. Em primeiro lugar, a longevidade do monumento não anistia crimes brutais de figuras sombrias da história do Brasil, portanto, mesmo sendo considerada por alguns patrimônio cultural local (estadual ou nacional), a figura destoante ali representada, naquela estátua ou busto em espaço público, tem um passado envolto em ações brutais contra indígenas e negros/negras e, portanto, pode e deve ser questionada no presente. Como permitir, de forma resignada, que uma estátua de um escravocrata seja o principal monumento de uma cidade do Recôncavo Baiano, região com uma composição demográfica fortemente afrodiaspórica? Um caminho relevante são os debates com segmentos acadêmicos, gestão pública municipal e representantes de diferentes vertentes dos movimentos sociais.

A retirada ou não de monumentos e as mudanças na denominação de espaços públicos (ruas, praças) devem ser amplamente discutidas nas Câmaras de vereadores em eventos com relevante participação social (audiências públicas), espaços acadêmicos, associações e movimentos sociais. Em uma mesma praça pública, pode haver uma estátua de um perverso escravocrata, com um texto explicando suas ações sinistras no passado, e uma outra de uma liderança/ativista negra que contribuiu de forma efetiva na luta antirracista, também acompanhada de um texto explicativo. Esse é um caminho interessante. Cada situação deve ser amplamente discutida à luz das especificidades históricas, geográficas e socioculturais locais/regionais.

Segundo Silva (2022), a palavra social oferece um sentido de coletivização, ou seja, a participação não apenas do indivíduo em algo específico é uma participação em uma ação coletiva. Para o referido autor, uma ação coletiva reúne pessoas, instituições, representantes e representações; reúne interesses, às vezes convergentes, às vezes não. Nessa linha de pensamento, Silva (2022) entende que a participação social é um processo que ocorre quando o sujeito se insere em uma ação coletiva e se sente corresponsável pelos seus resultados.

No contexto de uma participação social efetiva e consistente para debater nomeações de ruas, equipamentos e edificação de monumentos, as respostas e proposições podem ser interessantes, a depender das pessoas que irão participar.

Provavelmente, idosos/idosas acima de 60 anos de idade poderiam, eventualmente, fazer a menção a nomes de parteiras, pois muitas delas ajudaram centenas ou milhares de mulheres em um momento sublime e delicado: o parto. Seria altamente justo e respeitoso colocar o nome de uma parteira negra ou afro-indígena em uma rua, creche ou numa maternidade local, sendo que essa última sugestão seria altamente significativa e potente do ponto de vista simbólico.

No extenso território brasileiro, há monumentos que homenageiam bandeirantes; outros exaltam fazendeiros/coronéis escravocratas, que tiveram papel protagonista no etnocídio indígena. Muitos deles se apropriaram/invadiram extensas áreas onde povos originários ou seus descendentes foram brutalmente massacrados. Já os herdeiros dessas elites fundiárias, na atualidade, integram elites econômicas locais/regionais, que apoiam políticos que são totalmente contrários à demarcação de terras indígenas e à titulação de áreas quilombolas. Essas figuras são celebradas tanto do ponto de vista material (estátuas) quanto imaterial (topônimos, nomeação de logradouros públicos). Esta é uma temática muito interessante para debates em uma audiência pública com forte presença de movimentos sociais.

Por outro lado, há exemplos interessantes que merecem uma reflexão analítica relevante. Em uma rotatória situada na entrada de Xique-Xique, uma pequena cidade no semiárido norte da Bahia, há um expressivo e hipervisível monumento ao pescador, que se constitui em um dos símbolos e marcos culturais locais. O que essa estátua representaria para as pessoas daquele lugar ou para aqueles/aquelas que transitam por aquela localidade? Essa obra, de autoria do artista Carlos Roldão, expressa importantes elementos identitários locais/regionais, incluindo as vestes, o chapéu, o rosto, a postura, os modos de vida, a prática pesqueira, tratando-se, inegavelmente, de uma potente estética identitária. Muitas pessoas olham para essa estátua e notam que ela se parece com a imagem de pessoas próximas do seu circuito afetivo imediato: pai, avô, tio, vizinho; transeuntes da feira livre local ou do cotidiano urbano ou rural de Xique-Xique.

Monumentos artísticos como o pescador de Xique-Xique constituem ativos culturais e identitários, mas, para que aconteça um processo de valorização como patrimônio identitário local/regional, é necessário fortalecer a educação artística, cultural e patrimonial em diferentes ciclos do processo educacional e também trabalhar com essa

temática em coletivos sociais organizados, como associações de moradores, pescadores e sindicatos de trabalhadores/trabalhadoras rurais, entre outras.

É necessário investir no processo de educação cultural politizada, assentada no respeito à diversidade cultural e nas abordagens críticas para que não apenas se aprenda onde estão situados os monumentos fortemente identitários e potentes do ponto de vista dos elementos afrodiaspóricos, como principalmente se reconheça quem são os sujeitos sociais homenageados nas praças públicas de centenas de cidades brasileiras.

Questões culturais, expressões identitárias e o urbano

As toponímias podem revelar questões históricas, socioculturais, identitárias, políticas/geopolíticas. A nomeação de locais é uma temática muito interessante para as abordagens culturais do urbano. Há, infelizmente, várias formas de racismo e colonialismo em topônimos. O apagamento étnico, ao longo da história do Brasil, fez com que fossem desconsiderados os sujeitos sociais que integram coletivos afrodiaspóricos na nomeação de logradouros públicos de edificações de elevada visibilidade no espaço urbano.

Ao acessar *sites* de alguns municípios do estado da Bahia, constata-se o uso “naturalizado” de expressões como “selvagem”, “desbravador”, “conquista”, (do território), “ocupação”, “povoamento” (supostamente iniciado com a chegada dos europeus). Esses “entulhos coloniais” constam, também, de documentos institucionais como planos diretores municipais. Há casos nos quais se expressa textualmente que o povoamento de um determinado município teria início com a chegada de uma determinada família tradicional branca, que teria “desbravado” ou “conquistado” aquela área. Trata-se de um discurso claramente racista.

Os povos originários e os quilombolas lutam pela preservação dos seus “mundos”, no sentido do recorte sociocultural “lugarizado/experimentado”, assentado na dimensão ontológica do território. Fazer a leitura de um território indígena ou quilombola apenas pela sua dimensão físico-espacial é um equívoco ou então se trata de uma ação perversa de grandes grupos econômicos/políticos elitistas. Não se trata apenas de um “pedaço de terra” ocupado por um conjunto demográfico, não é apenas uma base física material, trata-se de uma densa e consistente relação assentada na dimensão simbólico-cultural. Não é apenas terra (dimensão física), é território.

Há poucos exemplos de topônimos referentes a personalidades negras em pequenas cidades do Recôncavo baiano (ou até ausência mesmo, no caso de alguns municípios). Do ponto de vista da nomeação de equipamentos de uso público, uma exceção a esse quadro é uma unidade de saúde da cidade de Conceição do Almeida, que faz uma justa homenagem a uma parteira de origem afro-indígena, chamada Sofia Pinheiro Fonseca – PSF (Programa Saúde da Família), parteira Sofia. Essa senhora, já falecida, nomeia um equipamento de saúde importante, que foi recentemente ampliado.

Já na área cultural, podem ser citados o Centro Cultural Casa do Samba, de Santo Amaro, e a sede da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, de Cachoeira, duas cidades históricas importantes do Recôncavo Baiano. Esses dois últimos centros culturais, altamente relevantes, deveriam ter uma divulgação midiática e uma inserção em roteiros de turismo cultural mais consistente, no contexto intraurbano e regional. É importante destacar que Cachoeira, na hierarquia urbana do Brasil, é considerada uma cidade pequena como dezenas de outras, no entanto, pode-se afirmar que a referida cidade exerce uma centralidade cultural assentada em elementos materiais (edificações históricas) e imateriais (festas populares importantes).

Há várias cidades do Brasil em que são encontrados monumentos de supostos “heróis nacionais”, pouco conhecidos e/ou invisibilizados, mesmo aqueles situados em praças ou avenidas de expressiva circularidade. O contrário da ativação identitária de viés afetivo é o estranhamento. Muitas vezes, quando se pergunta a um morador local quem é aquela pessoa que a estátua representa e ele/ela diz que não sabe quem é, constata-se um quadro indicativo de estranhamento, que antagoniza com a ativação identitária assentada na dimensão afetiva. Essas praças ou avenidas, que têm monumentos de grupos hegemônicos, podem ter nomeações ligadas a esses mesmos grupos. Nesse caso, pode-se falar em um quadro altamente questionável do ponto de vista das representações de coletivos socioculturais historicamente discriminados no espaço urbano, tanto do ponto de vista tanto da materialidade (monumento) quanto da imaterialidade (topônimos).

O respeito à diversidade cultural e às singularidades socioculturais é altamente relevante na dimensão arquitetônica. Ao concentrarem suas pesquisas e estudos na comunidade quilombola Rio dos Macacos, na Região Metropolitana de Salvador, Almeida, Oliveira e Cordeiro (2023) destacaram que a cosmopercepção africana, herdada pelas comunidades quilombolas, tem outras referências de paradigmas na produção da casa e da

arquitetura dos espaços em que vivem, contrapondo-se à fragmentação e à homogeneização dos espaços, à semelhança do projeto arquitetônico moderno-colonial, que desconsidera a diversidade. As diferentes cosmovisões de matrizes africanas se manifestam na toponímia, muitas vezes, como um conjunto de práticas de resistência.

No contexto territorial do Recôncavo Baiano, Velame, O'Dwyer e Silva (2023) questionam as políticas públicas de habitação homogeneizantes empregadas por órgãos estaduais e federais. Deve-se, portanto, considerar a diversidade cultural expressa em um conjunto de saberes e fazeres transgeracionais em diferentes contextos geográficos. Os conjuntos habitacionais devem respeitar as diferentes cosmovisões de coletivos sociais, que apresentam suas singularidades nos seus modos de vida e no seu vernáculo cotidiano.

Reflexões finais

Quais armadilhas que o não reconhecimento de composições étnicas podem se manifestar no contexto da elaboração de documentos institucionais, como planos diretores municipais? O apagamento étnico-identitário pode resultar na não promoção de direitos territoriais e políticas públicas específicas para se atender a necessidades fundamentais, como o tratamento de problemas de saúde, que afetam populações negras e indígenas. A inexistência de equipamentos culturais, como museus afrodiaspóricos, está relacionada ao quadro de negacionismo etnográfico, que pode ter impactos, inclusive, na saúde mental das pessoas, uma vez que jovens negros vivem assustados por causa do racismo e da violência, e podem observar o cotidiano repetitivo de uma pequena cidade em que negros/negras não são representados nem nos monumentos (dimensão material) e nem nas toponímias (dimensão imaterial).

Há diversos coletivos étnicos indígenas, quilombolas e interações afro-indígenas em diferentes contextos geográficos do Brasil, no entanto, essas questões etnoterritoriais muitas vezes são desconsideradas no conteúdo discursivo de importantes documentos institucionais e na gestão pública nas diferentes esferas administrativas. No caso daquelas pequenas cidades que apresentam elementos de ruralidades e interfaces rururbanas que se constituem em espaços híbridos, o desafio analítico se torna ainda mais complexo.

No Brasil, no passado, a colonização europeia fez uma terrível “limpeza étnica”, como assevera Corrêa (2018), com o objetivo de subjugar povos indígenas e criar regiões culturais emergentes. Essa prática fez desaparecer da paisagem cultural regional edificações,

em conjunto ou individualizadas, que expressavam elementos culturais e processos identitários de povos originários singulares. Após esse processo, notou-se um redesenho da paisagem geográfica/cultural.

As edificações presentes que destoam no conjunto edificado expressam a vitória dos “invasores”. Portanto, não basta afirmar que a paisagem urbana de uma pequena cidade é poligenética e tem diferentes camadas de tempo, deve-se problematizar essas transformações no tempo alargado e questionar a presença física (monumentos em homenagem a escravocratas) e a ausência (falta de monumentos, edificações, honrarias em espaço públicos ou topônimos de origem ou em homenagem a coletivos sociais afrodiaspóricos ou povos originários).

É relevante destacar também que foi adotada a retórica da “miscigenação conveniente” ao falar que houve uma mistura de “raças” (palavra altamente questionável) e de povos. Tenta-se, assim, esvaziar o ativismo por demarcações de terras indígenas ou titulação de áreas quilombolas, notadamente quando localizadas nas franjas rururbanas, que se constituem em alvos da especulação fundiária, que é consideravelmente expressiva, mesmo no contexto de algumas pequenas cidades do Brasil. Na esteira do discurso do “pardismo” e da “caboclicização”, constam o desejo do não reconhecimento de direitos territoriais e o interesse na exploração predatória de terras ocupadas por povos originários.

Referências

- ANJOS, Rafael S. A. dos. O Brasil africano, os quilombos do agora e a governança racista do Estado: algumas referências espaciais. In: IVO, Any B. L.; VELAME, Fabio M. (Orgs.). **Arquiteturas dos quilombos da Bahia: território, natureza, tempo, cultura, etnicidade.** – Salvador: EDUFBA, 2023. P. 25 – 59
- ALMEIDA, Gisa Maria G. de B.; OLIVEIRA, Luana F. de C.; CORDEIRO, Paula Regina e O. Quilombo dos Macacos: (re)existência na Região Metropolitana de Salvador. In: IVO, Any B. L.; VELAME, Fabio M. (Orgs.). **Arquiteturas dos quilombos da Bahia: território, natureza, tempo, cultura, etnicidade.** – Salvador: EDUFBA, 2023. P. 119 – 153
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** – Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. P. 84 - 91
- CORRÊA, R. Lobato. **Caminhos paralelos e entrecruzados.** – São Paulo: Editora Unesp, 2018
- CORRÊA, R. Lobato. O urbano e a cultura: alguns estudos. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Cultura, espaço e o urbano.** - Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. P. 141– 165.

- CORRÊA, Roberto Lobato. Monumentos, política e espaço. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. – Rio de Janeiro. EdUERJ, 2005. P. 9 – 42
- CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luís Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 4ª Ed. rev. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- CLAVAL, Paul. O papel da nova Geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. Lobato; ROSENDAHL, Z. **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 35-86.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução José Laurênio de Melo. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro L.; COSTA, Benhur P. da; PIRES, Cláudia L. Z.; UEDA, Vanda (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. P. 19 - 36
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução: Marta Lança. 2ª ed. Lisboa: Antígona, 2014.
- SAQUET, Marcos A. **Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemônica**. - Rio de Janeiro: Consequência, 2022
- SAQUET, Marcos A. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemonia**. – Rio de Janeiro: Consequência, 2019
- SAQUET, Marcos A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SILVA, Anieres B. da; GOMES, Rita de Cássia da C.; SILVA, Valdenildo Pedro da. (Org.). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. – Natal, RN: EDUFRN, 2009
- SILVA, Onildo Araújo da. Envolvimento solidário, participação social e políticas públicas. In: SANTOS, E. M. C.; COELHO NETO, Agripino S.; SILVA, O. A. (Orgs.). **(Re)pensando as políticas públicas: o estado na interface entre participação social e movimentos sociais**. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. P. 171 – 188
- SPÓSITO, Eliseu S. e JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí, Paço editorial: 2013.
- VELAME, Fabio M.; O'DWYER, André L.; SILVA, Sônia, M. R. N. Quilombo Salamina Putumuju: arquiteturas da resistência quilombola. In: IVO, Any B. L.; VELAME, Fabio M. (Orgs.). **Arquiteturas dos quilombos da Bahia: território, natureza, tempo, cultura, etnicidade**. – Salvador: EDUFBA, 2023. P. 185 – 209.

Sobre o autor:

JANIO ROQUE BARROS DE CASTRO  

E-mail institucional: jcastro@uneb.br

Possui graduação e especialização em Geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Mestre em Geografia e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. É Professor Pleno da Universidade do Estado da Bahia – UNEB em Santo Antônio de Jesus. Professor do quadro permanente do Mestrado

em "Estudos Territoriais" da Universidade do Estado da Bahia, em Salvador. Vinculado ao Grupo de Pesquisa Recôncavo: território, cultura, memória e ambiente.

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.